

TRATADO DE
DIREITO ADMINISTRATIVO

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO

COORDENAÇÃO



FUNÇÕES
ADMINISTRATIVAS
DO ESTADO



ALINE LÍCIA KLEIN

FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

TRATADO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

MARIA SÍLVIA ZANELLA DE PIETRO
Coordenação

ALINE LÍCIA KLEIN
FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO
Autores

VOLUME 4

FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO



© desta edição | 2015 |

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMIS
Directora responsável

Rua do Bosquete, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite o nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil | 11 – 2014 |

Profissional

Fechamento desta Edição | 22.10.2014 |



ISBN 978-85-203-5595-4

ISBN Coleção 978-85-203-5550-3



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
SOBRE A COORDENADORA - MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO.....	9
SOBRE OS AUTORES - ALINE LÍCIA KLEIN E FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO.....	11
SOBRE OS COLABORADORES	12
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	13

PARTE I

SERVIÇO PÚBLICO E SUAS DIFERENTES ACEPÇÕES

INTRODUÇÃO	29
CAPÍTULO 1 - EVOLUÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO - FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO.....	31
1. Serviço público e direito administrativo.....	31
2. Serviço público no direito francês: as escolas do serviço público.....	34
3. Serviço público na <i>common law: as public utilities</i>	41
4. Evolução da noção de serviço público no direito europeu	45
5. Origens e evolução da noção de serviço público no direito brasileiro.....	48
6. Mudanças da configuração do Estado e seu impacto para a noção de serviço público: as crises da noção de serviço público	55
7. Bibliografia	59
CAPÍTULO 2 - DELIMITAÇÃO DO CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO - FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO.....	71
1. Concepções de serviço público.....	71
2. Serviço público e função pública	71
3. Serviço público e serviço social.....	73
4. Serviço público e bem público	73
5. Serviço público x Serviço de interesse econômico geral.....	74
6. Bibliografia	77

CAPÍTULO 3 – SERVIÇO PÚBLICO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO.....	89
1. Serviço público nas Constituições brasileiras.....	89
1.1 Competências federativas na prestação dos serviços públicos	93
1.2 A mudança de enfoque: de exclusividade estatal para direito do cidadão... ..	94
1.2.1 Titularidade estatal <i>versus</i> exclusividade estatal	94
1.2.2 Concorrência e monopólio.....	96
1.2.3 Serviço público e atividade econômica: uma dicotomia ainda útil?	98
1.2.4 Dever do Estado <i>versus</i> prerrogativa do Estado	100
1.3 Principais normas constitucionais relativas aos serviços públicos.....	102
1.3.1 Art. 21	102
1.3.2 Art. 173	102
1.3.3 Art. 175	103
2. Bibliografia.....	104
CAPÍTULO 4 – CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO PÚBLICO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	115
1. Características do serviço público	115
1.1 Titularidade estatal – <i>Publicatio</i>	117
1.2 Regime jurídico do serviço público	117
1.2.1 O regime público	117
1.2.2 Universalização, continuidade e isonomia	119
1.2.3 Descontinuidade da prestação.....	124
1.2.4 Regulação dos serviços públicos	125
1.3 Remuneração dos serviços públicos e política tarifária	127
1.4 Prestação e concorrência	132
1.4.1 Serviços públicos em monopólio	132
1.4.2 Serviços públicos em concorrência	133
1.5 Consumidor usuário	134
2. Bibliografia.....	135
CAPÍTULO 5 – FORMAS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	147
1. Formas de prestação do serviço público	147
1.1 Desconcentração	147
1.2 Descentralização	147
1.3 Concessão	149
1.3.1 Concessão comum	154
1.3.2 Parcerias Público-Privadas – PPP	155
1.4 Permissão	158

1.5	Autorização	159
1.6	Consórcio público	164
1.7	Contratos de gestão	166
1.8	Termos de parceria com OSCIP	169
1.9	Formas <i>sui generis</i>	171
2.	Bibliografia	172

CAPÍTULO 6 – MARCOS REGULATÓRIOS DO SERVIÇO PÚBLICO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

1.	Marcos regulatórios do serviço público.....	183
1.1	Institucionais	183
1.1.1	Lei 8.987/1995.....	183
1.1.2	Lei 9.074/1995.....	186
1.1.3	Lei 11.079/2004.....	188
1.2	Marcos legais setoriais	190
1.2.1	Saneamento	191
1.2.2	Telecomunicações.....	197
1.2.3	Transporte (terrestre, aéreo, aquático).....	199
1.2.4	Portos	202
1.2.5	Energia	206
1.2.6	Distribuição de gás.....	207
1.2.7	Serviço postal	210
2.	Bibliografia	211

PARTE II PODER DE POLÍCIA

CAPÍTULO 1 – CONCEITO DE PODER DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN

1.	O conceito de poder de polícia.....	225
1.1	A construção histórica do conceito de poder de polícia	225
1.1.1	A origem da atividade de polícia.....	226
1.1.2	Poder de polícia no período absolutista.....	226
1.1.3	Poder de polícia no Estado de Direito	228
1.2	O monopólio estatal da violência legítima	229
1.2.1	O monopólio da violência como fundamento do Estado Moderno ...	229
1.2.2	A instrumentalidade do emprego da violência legítima.....	230
1.2.3	A decisão acerca da utilização da violência legítima.....	231
1.2.4	O monopólio da violência e as atividades de polícia administrativa..	231
1.3	A atividade de polícia no Estado Democrático de Direito: a limitação das competências e do emprego da coerção pela lei	232

1.3.1	A criação e limitação das competências de polícia administrativa pelo ordenamento jurídico.....	232
1.3.2	Poder de polícia e autoridade estatal.....	233
1.3.3	O exercício democrático do poder de polícia	235
1.4	Conceituação de poder de polícia na atualidade	236
1.4.1	Conceito operacional de poder de polícia	236
1.4.2	Definição da extensão dos direitos pela lei.....	237
1.4.3	Sentido amplo e sentido restrito do poder de polícia	238
1.4.4	Polícia administrativa e polícia judiciária	239
1.4.5	Polícia geral e polícias especiais	239
1.4.6	O conceito de Administração ordenadora	240
2.	Bibliografia	241
CAPÍTULO 2 – A FINALIDADE DO PODER DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN..		245
1.	A finalidade do poder de polícia	245
1.1	A definição de ordem pública.....	245
1.2	A evolução do conceito de ordem pública	246
1.3	O poder de polícia e a realização dos direitos fundamentais	249
1.4	A sociedade de risco.....	250
2.	Bibliografia	252
CAPÍTULO 3 – O FUNDAMENTO DO PODER DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN		255
1.	O fundamento do poder de polícia	255
1.1	A supremacia estatal.....	255
1.2	A diferenciação entre supremacia geral e especial e os limites de aplicação dos conceitos	256
1.3	Os direitos fundamentais como fundamento do poder de polícia.....	259
2.	Bibliografia	260
CAPÍTULO 4 – A TITULARIDADE DO PODER DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN		261
1.	A titularidade do poder de polícia.....	261
1.1	Discriminação de competências federativas	261
1.2	Delegação administrativa do poder de polícia	261
2.	Bibliografia	262
CAPÍTULO 5 – O CONTEÚDO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN		263
1.	O conteúdo da atividade de polícia.....	263
1.1	Atos ampliativos de direitos dos particulares.....	263

1.1.1	Consentimento para o desenvolvimento de atividades privadas	264
1.1.1.1	As autorizações e as licenças	264
1.1.1.2	O atendimento de múltiplos interessados nos atos ampliati- tivos.....	267
1.1.1.3	Extinção dos atos ampliativos.....	269
1.1.2	Atos que conferem certeza e segurança jurídica a atos privados	270
1.1.2.1	A certeza legal	270
1.1.2.2	Atividade notarial e de registro.....	271
1.1.2.2.1	A natureza jurídica da atividade	272
1.1.2.2.2	Alguns aspectos do regime jurídico	273
1.2	Condicionamentos de direitos dos particulares	276
1.2.1	Distinção dos sacrifícios de situações de mero interesse	277
1.2.2	Distinção dos sacrifícios de direitos	277
1.2.3	As manifestações dos condicionamentos de direitos	279
1.2.4	A execução dos condicionamentos de direitos.....	281
2.	Bibliografia	281
CAPÍTULO 6 – AS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES DA ATIVIDADE DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA – ALINE LÍCIA KLEIN.....		285
1.	As diversas manifestações da atividade de polícia administrativa.....	285
1.1	As relações entre as diversas fases do ciclo de polícia.....	286
1.2	Ordem de polícia	286
1.2.1	Poder normativo da administração	287
1.2.2	As normas técnicas.....	289
1.2.2.1	A atividade de normatização	290
1.2.2.2	Os documentos normativos.....	291
1.2.2.3	A recepção das normas privadas pelo Estado	291
1.2.2.4	A produção de normas técnicas no Direito nacional.....	293
1.3	Consentimento de polícia.....	295
1.3.1	A avaliação da conformidade	296
1.3.2	A relevância da avaliação da conformidade para o exercício da fun- ção administrativa	298
1.4	Fiscalização de polícia	298
1.5	Sanção de polícia.....	300
1.5.1	Sanção e repressão	301
1.5.2	A sanção administrativa.....	301
1.5.3	A sanção administrativa e a atividade de polícia administrativa	302
1.5.3.1	A finalidade das medidas de polícia administrativa e a da sanção administrativa	303

1.5.3.2	Algumas repercussões da diferenciação.....	305
1.5.3.3	A inclusão da aplicação de sanção no ciclo das atividades de polícia administrativa.....	307
1.5.4	O regime jurídico da sanção administrativa.....	307
1.5.4.1	Princípio da legalidade.....	308
1.5.4.2	Princípio da tipicidade.....	308
1.5.4.3	Princípio da culpabilidade.....	310
1.5.4.4	Princípio da proporcionalidade.....	310
1.5.4.5	O devido processo sancionatório.....	310
2.	Bibliografia.....	311
CAPÍTULO 7 – A “CRISE” DA NOÇÃO DE PODER DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN		315
1.	A “crise” da noção de poder de polícia.....	315
1.1	A busca por uma noção autônoma e suficiente de poder de polícia.....	315
1.2	A preocupação com o manejo arbitrário do poder de polícia.....	316
1.3	A permanência da atividade de polícia como função administrativa dife- renciada.....	316
2.	Bibliografia.....	318
CAPÍTULO 8 – PODER DE POLÍCIA E OUTRAS FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ALINE LÍCIA KLEIN		319
1.	Poder de polícia e outras funções da administração pública.....	319
1.1	Poder de polícia e serviço público.....	319
1.1.1	A distinção teórica dos conceitos: caráter restritivo e prestacional....	319
1.1.2	A aproximação da atividade de polícia administrativa com o serviço público.....	320
1.2	Poder de polícia e regulação.....	323
1.3	Poder de polícia e fomento.....	325
2.	Bibliografia.....	326
CAPÍTULO 9 – LIMITES DO PODER DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN		329
1.	Limites do poder de polícia.....	329
1.1	O poder de polícia e o princípio da legalidade.....	329
1.1.1	A vinculação e a discricionariedade nas competências administrati- vas.....	331
1.1.2	A denominada “discricionariedade técnica”.....	332
1.1.3	A vinculação e a discricionariedade nas previsões legais de polícia administrativa.....	334
1.2	O poder de polícia e o princípio da proporcionalidade.....	336
2.	Bibliografia.....	339

CAPÍTULO 10 – A EXIGIBILIDADE E A AUTOEXECUTORIEDADE DOS ATOS DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA – ALINE LÍCIA KLEIN	341
1. A exigibilidade e a autoexecutoriedade dos atos de polícia administrativa	341
1.1 Medidas de polícia administrativa e coerção	341
1.2 A exigibilidade	342
1.3 A autoexecutoriedade	343
1.3.1 Hipóteses previstas em lei	344
1.3.2 Incidência de autoexecutoriedade sem previsão legal	346
1.3.3 Autoexecutoriedade, direitos fundamentais e princípio da proporcionalidade	347
2. Bibliografia	348
CAPÍTULO 11 – O PODER DE POLÍCIA E OS PODERES PRIVADOS – ALINE LÍCIA KLEIN.....	349
1. O poder de polícia e os poderes privados.....	349
1.1 O surgimento de novos centros de poderes	349
1.2 As manifestações de poderes no âmbito da autonomia privada.....	351
1.3 O poder jurídico como gênero	352
1.4 Exemplos de manifestações de exercício de poderes privados	353
1.4.1 Segurança privada.....	353
1.4.2 Associações privadas	355
1.4.3 Autorregulação	356
1.4.3.1 A autorregulação como manifestação da autonomia privada	356
1.4.3.2 Os elementos e o conteúdo da autorregulação	357
1.4.3.3 Os efeitos do descumprimento da autorregulação.....	358
1.4.3.4 A atribuição de efeitos públicos à autorregulação	359
1.4.3.5 As modalidades de autorregulação.....	360
2. Bibliografia.....	361
CAPÍTULO 12 – A DELEGAÇÃO DO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA A ENTIDADES PRIVADAS – ALINE LÍCIA KLEIN.....	365
1. A delegação do exercício de poder de polícia a entidades privadas	365
1.1 A afirmação doutrinária da indelegabilidade da polícia administrativa	366
1.2 Alguns dos critérios propostos pela doutrina para a delimitação da matéria delegável	367
1.3 Os limites da delegação do exercício de poder de polícia a particulares: a delimitação da parcela da função estatal indelegável	369
1.3.1 Atividades essencialmente públicas	370
1.3.1.1 A definição de atividades essencialmente públicas.....	370
1.3.1.2 Os princípios da soberania e republicano	371
1.3.1.3 O monopólio estatal da violência.....	372

1.3.2	Limites para a delegação	372
1.3.2.1	Primeiro limite necessário: impossibilidade de delegação do uso da força	372
1.3.2.2	Segundo limite necessário: impossibilidade de delegação ampla de poder decisório	373
1.3.2.3	A necessidade de proteção adequada dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos	375
1.4	Requisitos para a delegação do exercício de poder de polícia.....	376
1.4.1	Prévia programação dos critérios e procedimentos a serem observados	376
1.4.2	Garantia de objetividade e impessoalidade na execução das atividades delegadas.....	379
1.4.3	Delegação do exercício dos poderes públicos necessários ao desempenho da atividade principal	380
1.4.4	A necessidade de autorização legal para a delegação do exercício de poder de polícia.....	381
1.5	O exercício de poder de polícia por empresas estatais.....	382
1.5.1	O monopólio estatal do uso da força e as entidades privadas da Administração indireta	383
1.5.2	O regime de pessoal das entidades regidas pelo direito privado e o exercício de atividades de polícia administrativa.....	383
1.5.3	A possível incompatibilidade entre a execução de atividades de polícia administrativa e a presença de recursos privados no capital da empresa estatal.....	386
1.6	A jurisprudência sobre o exercício privado de poder de polícia	388
1.6.1	O entendimento acerca dos conselhos profissionais	388
1.6.2	Trânsito veicular: o caso BHTrans	389
2.	Bibliografia	391

CAPÍTULO 13 - A POSSIBILIDADE DE CONTRATUALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA - ALINE LÍCIA KLEIN

1.	A possibilidade de contratualização do exercício de poder de polícia	395
1.1	A consensualidade na atividade administrativa	396
1.2	A contratualização do exercício de uma competência administrativa em substituição ao ato unilateral	397
1.3	A compatibilidade entre a contratualização e o princípio da indisponibilidade do interesse público	398
1.4	A contratualização e o poder de polícia.....	399
2.	Bibliografia	401

**PARTE III
FOMENTO**

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES GERAIS SOBRE O FOMENTO ESTATAL – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	405
1. Noções gerais	405
1.1 O fomento como forma de intervenção estatal na ordem econômica.....	405
1.1.1 Intervenção estatal na ordem econômica	405
1.1.2 Alteração da atuação estatal na ordem econômica: de formas mais diretas de intervenção para formas mais indiretas de intervenção	406
1.2 O fomento estatal.....	408
1.2.1 Definição e principais características.....	412
1.2.1.1 Fomento estatal	414
1.2.1.2 Concessão de incentivo.....	415
1.2.1.3 Incentivo positivo ou negativo.....	416
1.2.1.4 Objeto do fomento: atividades econômicas	417
1.2.1.5 Relevância pública das atividades econômicas fomentadas .	418
1.2.1.6 A consensualidade na adesão ao fomento	420
1.2.1.7 Multiplicidade de instrumentos de viabilização.....	423
1.2.2 Fomento e poder de polícia.....	423
1.2.3 Fomento e regulação.....	424
1.2.4 Fomento e serviço público	425
2. Bibliografia.....	427
CAPÍTULO 2 – ELEMENTOS DO FOMENTO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	429
1. Elementos do fomento	429
1.1 Objetos do fomento: setores ou atores	430
1.2 Agentes do fomento	433
1.3 Instrumentos.....	435
1.3.1 Transferências diretas de recursos públicos	437
1.3.2 Financiamento em condições favoráveis	441
1.3.3 Concessão de garantias creditórias	444
1.3.4 Desoneração tributária	445
1.3.5 Participação societária estatal minoritária	449
1.3.6 Privilégios nas contratações públicas.....	453
1.3.7 Disponibilização de bens e recursos públicos.....	456
1.3.8 Apoio institucional e capacitação	458
1.3.9 Simplificação de procedimentos administrativos e trâmites burocráticos	459

1.3.10	Uso de títulos e selos oficialmente atribuídos.....	459
1.4	Contrapartidas pelo fomento	461
2.	Bibliografia	463
CAPÍTULO 3 – COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO.....		465
1.	Competências federativas.....	465
2.	Bibliografia	466
CAPÍTULO 4 – LIMITES AO FOMENTO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO.....		469
1.	Limites ao fomento.....	469
1.1	Subsidiariedade e proporcionalidade.....	470
1.2	Isonomia e impessoalidade	474
1.3	Livre-concorrência (perspectivas nacional e internacional).....	478
2.	Bibliografia	482
CAPÍTULO 5 – OPERACIONALIZAÇÃO DO FOMENTO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO.....		493
1.	Operacionalização do fomento	493
1.1	Definição da atividade pública a ser fomentada, dos destinatários e agentes.....	494
1.2	Escolha dos instrumentos	495
1.3	Formalização do fomento.....	495
2.	Bibliografia	498
PARTE IV		
REGULAÇÃO		
INTRODUÇÃO		511
CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DO MODELO REGULATÓRIO BRASILEIRO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO		513
1.	A construção do modelo regulatório brasileiro	513
1.1	A regulação no Estado burocrático brasileiro (período de 1930-1940).....	514
1.2	O Estado empresário e o papel da regulação	516
1.3	Reforma do Estado para a regulação	518
1.3.1	A criação das agências reguladoras	521
1.3.2	Introdução do conceito de “regulação” na doutrina brasileira	522
1.4	O modelo regulatório brasileiro: a regulação como novo paradigma de intervenção estatal no domínio econômico	526
2.	Bibliografia	527

CAPÍTULO 2 – A REGULAÇÃO COMO MECANISMO DE INTERVENÇÃO ESTATAL – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	541
1. A regulação como mecanismo de intervenção estatal	541
1.1 Modalidades de intervenção estatal	543
1.1.1 As modalidades de intervenção estatal	543
1.1.2 Regulação e poder de polícia	544
1.2 A regulação como função estatal: o dever de regular	547
1.3 A autorregulação	547
1.4 O fomento como técnica regulatória	549
2. Bibliografia	549
CAPÍTULO 3 – MECANISMOS REGULATÓRIOS – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO.....	563
1. Mecanismos regulatórios.....	563
1.1 Instrumentos regulatórios baseados na autoridade.....	564
1.1.1 A regulação normativa.....	566
1.1.2 A regulação fiscalizatória.....	569
1.1.3 A regulação sancionadora	572
1.1.4 A regulação adjudicatória.....	574
1.2 Instrumentos regulatórios baseados no consenso	574
1.2.1 Função regulatória de recomendação das agências reguladoras	575
1.2.2 Função arbitral das agências reguladoras.....	576
1.2.3 Os acordos regulatórios	577
2. Bibliografia	578
CAPÍTULO 4 – A ESPECIALIZAÇÃO DA REGULAÇÃO EM SUBSISTEMAS – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	593
1. A especialização da regulação em subsistemas	593
1.1 A tendência de especialização da regulação em subsistemas	594
1.2 Implicações da regulação setorial.....	596
1.2.1 Particularização da dinâmica regulatória setorial.....	597
1.2.2 Criação de estruturas regulatórias específicas.....	598
1.2.3 Finalidades públicas setoriais	599
1.3 O papel da regulação no equilíbrio interno ao subsistema	600
1.4 Relação entre regulação setorial e as demais normas jurídicas	601
2. Bibliografia	604
CAPÍTULO 5 – LIMITES À ABRANGÊNCIA E À INTENSIDADE DA REGULAÇÃO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	617
1. Limites à abrangência e à intensidade da regulação.....	617
1.1 A proporcionalidade e a necessária relação entre regulação e finalidades públicas	618

1.1.1	Pluralidade de finalidades públicas e discricionariedade na determinação dos fins.....	619
1.1.2	Regulação e políticas públicas	621
1.2	Compreensão das escolhas regulatórias	622
1.2.1	A avaliação de impacto regulatório	624
1.2.1.1	A análise de custo-benefício.....	627
1.2.1.2	A análise de custo-efetividade	628
1.2.1.3	A análise de multicritérios	628
1.2.2	Escolha dos instrumentos regulatórios	629
1.3	A atividade de planejamento na regulação	632
1.4	O papel da motivação na tomada de decisão regulatória	634
2.	Bibliografia	637

CAPÍTULO 6 – GOVERNANÇA PÚBLICA NA REGULAÇÃO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

1.	Governança pública na regulação.....	651
1.1	Participação administrativa.....	652
1.1.1	Audiências e consultas públicas	654
1.1.2	Dinâmica de diálogo na participação administrativa e vício de motivação.....	657
1.2	Transparência administrativa	659
1.3	Coordenação entre os setores regulados	660
1.4	Controle da regulação	662
1.4.1	Controle interno.....	664
1.4.2	Controle externo.....	666
2.	Bibliografia	669

CAPÍTULO 7 – ESTRUTURAÇÃO E REGULAÇÃO SETORIAL – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

1.	Estruturação e regulação setorial.....	685
1.1	O modelo de “agências reguladoras”	686
1.2	Anatel e o setor de telecomunicações.....	687
1.3	Aneel e o setor de energia elétrica.....	690
1.4	ANP e o setor de petróleo e gás natural	693
1.5	ANTT, Antaq e o setor de transportes	695
1.6	ANA e o setor de recursos hídricos	698
1.7	Anvisa e o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária	700
1.8	O setor de saneamento básico.....	701
2.	Bibliografia	703

OUTRAS OBRAS DOS AUTORES

		717
--	--	-----